

PORTARIA Nº 375, DE 7 DE MAIO DE 2018.

O CORREGEDOR-GERAL DA JUSTICA DO ESTADO

DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o preceituado no art. 5°, LXXVIII, da CF/88, a determinar que a todos seja assegurada a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação no âmbito judicial e administrativo, bem como as diretrizes decorrentes do princípio da eficiência albergado no art. 37 da CF/88, cujo teor reclama a eleição de meios mais ágeis e menos onerosos para a consecução dos fins da Administração;

CONSIDERANDO o disposto no art. 41 da Lei Estadual n. 6.564/2005 — Código de Organização Judiciária de Alagoas, a disciplinar que compete ao Corregedor-Geral da Justiça dirigir, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades da Corregedoria-Geral da Justiça, órgão de orientação, fiscalização e disciplina das atividades jurisdicionais e auxiliares da justiça, com jurisdição abrangente de todo o território estadual;

CONSIDERANDO o requerimento formulado pelo servidor Antônio Aragão Pereira, Analista Judiciário;

CONSIDERANDO a primazia da conjugação dos critérios da necessidade e da carência de servidores nas Unidades Judiciais do Estado de Alagoas, em consonância com o disposto na Resolução TJ/AL n. 09, de 20 de junho de 2017; e

CONSIDERANDO, por fim, o que consta no bojo do Processo Administrativo n. 2018/5293,

RESOLVE:

Art. 1º LOTAR o servidor ANTÔNIO ARAGÃO PEREIRA, Analista Judiciário, na 29ª Vara Cível da Capital/Conflitos Agrários.

Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 124, de 20 de fevereiro de

2018.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua

publicação.

Publique-se. Registre-se. Cympra-se

Desembargador PAULÓ BARROS DA SILVA LIMA

Corregedor-Geral da Justiça

PUBLICADO NO DIÁRIO ELETRÔNICO

Do OBI OSI DIS

(Als. 18)